REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/10/2026 - **Accepted:** 01/11/2026
Vol: 13.23
DOI: 10.66104/zdaxn084
Pages: 1-41

A PRESENÇA DO PODER POLÍTICO NAS COMUNIDADES RIBEIRINHAS DO AMAZONAS: DESAFIOS GEOGRÁFICOS PARA A EFETIVAÇÃO DA DEMOCRACIA E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

TERRITORIAL BARRIERS TO THE REALIZATION OF DEMOCRACY AND PUBLIC POLICIES IN RIVERINE COMMUNITIES OF AMAZONAS, BRAZIL

BARRERAS TERRITORIALES PARA LA EFECTIVIZACIÓN DE LA DEMOCRACIA Y LAS POLÍTICAS PÚBLICAS EN COMUNIDADES RIBEREÑAS DE AMAZONAS, BRASIL

Francisco Adailton Fidelis
Graduando em Direito, Faculdade Santa Teresa, Brasil
E-mail: franciscofidelis58@hotmail.com

Paulo Eduardo Queiroz da Costa
Mestre em Antropologia, Faculdade Santa Teresa, Brasil
E-mail: professorpauloqueiroz@gmail.com

Resumo

As comunidades ribeirinhas do Amazonas enfrentam barreiras territoriais que dificultam a presença contínua do poder público, o acesso aos serviços essenciais e a participação nos processos de decisão política. Este artigo teve como objetivo analisar como as condições geográficas e logísticas da Amazônia influenciam a atuação estatal e repercutem na efetivação da democracia, da cidadania e das políticas públicas nesses territórios. Realizou-se uma revisão de literatura, de abordagem qualitativa e caráter exploratório e descritivo, fundamentada em produções científicas, acadêmicas e institucionais publicadas entre 2022 e 2026. O material selecionado foi submetido à leitura interpretativa e organizado em quatro eixos: territorialidade e organização social; barreiras geográficas e acesso aos serviços públicos; democracia, cidadania e participação comunitária; e governança, conservação ambiental e sustentabilidade. Os resultados demonstraram que as distâncias, a dependência do transporte fluvial, as transformações ambientais e a dispersão populacional dificultam a continuidade das ações governamentais. Contudo, essas condições não explicam isoladamente a desassistência, pois seus efeitos são intensificados pela centralização administrativa, pela infraestrutura insuficiente e pela limitada participação das comunidades na formulação das políticas. Constatou-se também que os

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/10/2026 - **Accepted:** 01/11/2026
Vol: 13.23
DOI: 10.66104/zdaxn084
Pages: 1-41

conhecimentos territoriais, as práticas sustentáveis e as formas de organização das populações ribeirinhas podem contribuir para ações públicas mais inclusivas e adequadas. Conclui-se que a efetivação da democracia nesses territórios depende da descentralização dos serviços, do planejamento logístico permanente e da incorporação das comunidades aos processos decisórios.

Palavras-chave: Amazônia. Cidadania. Comunidades ribeirinhas. Democracia. Políticas públicas.

Abstract

Riverine communities in Amazonas face territorial barriers that hinder the continuous presence of public authorities, access to essential services, and participation in political decision-making processes. This article aimed to analyze how the geographical and logistical conditions of the Amazon influence government action and affect the realization of democracy, citizenship, and public policies in these territories. A literature review was conducted using a qualitative, exploratory, and descriptive approach, based on scientific, academic, and institutional publications issued between 2022 and 2026. The selected material was subjected to interpretive reading and organized into four analytical axes: territoriality and social organization; geographical barriers and access to public services; democracy, citizenship, and community participation; and governance, environmental conservation, and sustainability. The results showed that distances, dependence on river transportation, environmental transformations, and population dispersion hinder the continuity of government actions. However, these conditions alone do not explain the lack of assistance, as their effects are intensified by administrative centralization, insufficient infrastructure, and limited community participation in policymaking. The study also found that territorial knowledge, sustainable practices, and the organizational structures of riverine populations can contribute to more inclusive and appropriate public actions. It is concluded that the realization of democracy in these territories depends on the decentralization of services, permanent logistical planning, and the inclusion of communities in decision-making processes.

Keywords: Amazon. Citizenship. Democracy. Public policies. Riverine communities.

Resumen

Las comunidades ribereñas de Amazonas enfrentan barreras territoriales que dificultan la presencia continua del poder público, el acceso a los servicios esenciales y la participación en los procesos de decisión política. Este artículo tuvo como objetivo analizar cómo las condiciones geográficas y logísticas de la Amazonía influyen en la actuación estatal y repercuten en la efectivización de la democracia, la ciudadanía y las políticas públicas en estos territorios. Se realizó una revisión de la literatura, con enfoque cualitativo y carácter exploratorio y descriptivo, fundamentada en publicaciones científicas, académicas e institucionales publicadas entre 2022 y 2026. El material seleccionado fue sometido a una lectura interpretativa y organizado en cuatro ejes analíticos: territorialidad y organización social; barreras geográficas y acceso a los servicios públicos; democracia, ciudadanía y participación comunitaria; y gobernanza, conservación ambiental y sostenibilidad. Los resultados demostraron que las distancias, la dependencia del transporte fluvial, las transformaciones

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/10/2026 - **Accepted:** 01/11/2026
Vol: 13.23
DOI: 10.66104/zdaxn084
Pages: 1-41

ambientales y la dispersión poblacional dificultan la continuidad de las acciones gubernamentales. Sin embargo, estas condiciones no explican de manera aislada la desatención, pues sus efectos son intensificados por la centralización administrativa, la insuficiencia de infraestructura y la limitada participación de las comunidades en la formulación de políticas. También se constató que los conocimientos territoriales, las prácticas sostenibles y las formas de organización de las poblaciones ribereñas pueden contribuir a acciones públicas más inclusivas y adecuadas. Se concluye que la efectivización de la democracia en estos territorios depende de la descentralización de los servicios, la planificación logística permanente y la incorporación de las comunidades en los procesos de decisión.

Palabras clave: Amazonía. Ciudadanía. Comunidades ribereñas. Democracia. Políticas públicas.

1. Introdução

A organização territorial das comunidades ribeirinhas amazônicas apresenta características que interferem diretamente nas formas de mobilidade, organização social e relacionamento com as instituições públicas. A extensa rede hidrográfica, as grandes distâncias entre localidades e centros administrativos, a dispersão populacional e a dependência do transporte fluvial configuram condições específicas de circulação de pessoas, serviços e informações. Nessas comunidades, os rios não constituem apenas vias de deslocamento, mas elementos estruturantes das relações sociais, produtivas e territoriais. Guedes (2024) destaca sua importância para a construção da identidade, para a mobilidade e para as formas de organização das populações ribeirinhas, demonstrando que a compreensão desses territórios exige considerar as relações estabelecidas entre espaço, comunidade e dinâmica fluvial.

Essas características territoriais, entretanto, não devem ser interpretadas como explicações autossuficientes para as dificuldades de atuação do Estado. A formação política e econômica da Amazônia envolveu diferentes modelos de ocupação, desenvolvimento e governança, cujos efeitos influenciaram a distribuição das estruturas institucionais e as relações entre o poder público e as populações locais. Hecht (2022) relaciona as transformações políticas amazônicas aos paradigmas de desenvolvimento e às estruturas de governança construídas historicamente. Nessa perspectiva, a distância física adquire relevância quando interage com fatores administrativos, logísticos e institucionais que condicionam a capacidade do Estado de manter serviços acessíveis e contínuos nos diferentes territórios.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/10/2026 - **Accepted:** 01/11/2026
Vol: 13.23
DOI: 10.66104/zdaxn084
Pages: 1-41

Para os fins deste estudo, a presença estatal é compreendida não apenas como a existência física de órgãos, agentes ou equipamentos públicos em determinado território, mas como a capacidade institucional de assegurar acesso, continuidade e adequação das políticas e dos serviços às condições socioterritoriais das comunidades ribeirinhas. Essa distinção é relevante porque a existência eventual de ações governamentais não implica, necessariamente, atendimento contínuo ou capacidade de resposta às demandas locais. Lira (2022) demonstra que a territorialidade das populações ribeirinhas está profundamente relacionada às particularidades ambientais e socioculturais da Amazônia, o que exige que as políticas públicas considerem os modos de vida, os ciclos fluviais, as formas de mobilidade e a organização comunitária existentes nesses espaços.

A relação entre território e atuação estatal pode ser observada também nas condições de acesso aos serviços públicos. Santos (2023) relaciona a dispersão das comunidades e as dificuldades de deslocamento às condições de acesso das populações ribeirinhas às estruturas públicas, indicando que as particularidades territoriais interferem na continuidade da atuação governamental. Carmo (2023), ao analisar comunidades da Amazônia Marajoara, associa situações de desassistência às desigualdades sociais e à presença insuficiente das estruturas públicas, ao mesmo tempo em que evidencia formas de organização e resistência desenvolvidas pelas próprias comunidades. Embora pesquisas realizadas em diferentes partes da Amazônia não possam ser automaticamente generalizadas para o Estado do Amazonas, essas contribuições oferecem elementos comparativos para compreender como determinadas condições socioterritoriais podem se relacionar com a atuação institucional em contextos ribeirinhos.

No Estado do Amazonas, que constitui a delimitação territorial deste estudo, essas questões assumem relevância para a implementação de políticas públicas e para a garantia de direitos. A análise das condições amazônicas mais amplas é utilizada, portanto, como elemento contextual e comparativo, sem equiparar automaticamente experiências produzidas em diferentes territórios da região. Antunes (2023) evidencia que a implementação de políticas públicas na Amazônia encontra desafios associados às particularidades territoriais e sociais, indicando a necessidade de ações compatíveis com as realidades locais. Desse modo, compreender a atuação estatal nas comunidades ribeirinhas amazonenses exige observar não somente a distância em relação aos centros administrativos, mas também as condições

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/10/2026 - **Accepted:** 01/11/2026
Vol: 13.23
DOI: 10.66104/zdaxn084
Pages: 1-41

institucionais existentes para organizar logística, atendimento e continuidade das ações públicas.

A problemática possui ainda uma dimensão democrática. Neste artigo, a efetivação da democracia não é compreendida exclusivamente como participação eleitoral, mas como existência de condições concretas para que as populações tenham acesso às instituições públicas, expressem demandas, participem de processos decisórios e acompanhem políticas que interferem em seus territórios. Parry (2024) sustenta que modelos de governança centrados nas populações locais dependem do reconhecimento de sua participação nos processos de decisão. Nessa perspectiva, pode-se compreender uma dimensão territorial da democracia, pois a possibilidade formal de participação perde efetividade quando dificuldades de deslocamento, comunicação ou acesso institucional restringem a interação entre comunidades e poder público. A democracia, portanto, relaciona-se também às condições materiais e institucionais que tornam possível a participação comunitária.

Essa compreensão permite articular uma sequência analítica na qual as condições territoriais interferem nos custos e nas possibilidades logísticas da atuação pública, enquanto a capacidade institucional influencia a frequência, a continuidade e a acessibilidade dos serviços e dos canais de interlocução. A participação comunitária, por sua vez, constitui elemento relevante dessa relação, uma vez que permite aproximar as políticas públicas das características e demandas dos territórios. Assim, as dificuldades encontradas pelas comunidades ribeirinhas não decorrem exclusivamente da geografia, mas da maneira como características territoriais interagem com estruturas administrativas, condições logísticas, disponibilidade de serviços e mecanismos de participação.

Apesar da produção existente sobre territorialidade, políticas públicas, governança e comunidades tradicionais, os estudos utilizados neste artigo abordam diferentes dimensões do fenômeno, nem sempre analisadas de maneira articulada. Enquanto parte da literatura enfatiza a organização territorial e os modos de vida ribeirinhos, outros trabalhos se concentram no acesso aos serviços, nas condições de governança ou na participação das populações locais. Essa dispersão temática justifica examinar conjuntamente como território, capacidade institucional e participação se relacionam na atuação estatal junto às comunidades ribeirinhas do Amazonas.

Diante dessa problemática, formula-se a seguinte questão orientadora: como as

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/10/2026 - **Accepted:** 01/11/2026
Vol: 13.23
DOI: 10.66104/zdaxn084
Pages: 1-41

características geográficas e logísticas das comunidades ribeirinhas do Amazonas se relacionam com as capacidades institucionais do Estado e com os mecanismos de participação comunitária, repercutindo no acesso aos serviços públicos e no exercício da cidadania? O objetivo deste artigo é analisar como as barreiras territoriais e logísticas influenciam a presença estatal nas comunidades ribeirinhas do Amazonas, considerando sua interação com as condições institucionais e com a participação comunitária, bem como suas repercussões sobre o acesso às políticas públicas, à cidadania e à efetivação da democracia.

2. Revisão da Literatura

A análise das relações entre território, presença estatal e políticas públicas nas comunidades ribeirinhas exige inicialmente compreender que o espaço amazônico não pode ser reduzido a uma dimensão exclusivamente física. O território participa da constituição das formas de organização social, das atividades produtivas, da mobilidade e das estratégias desenvolvidas pelas populações para sua permanência e reprodução social. Lira (2022) destaca que a organização das comunidades ribeirinhas se encontra profundamente relacionada às características ambientais e territoriais da Amazônia, sobretudo à presença dos rios, das florestas e dos ciclos naturais. Nesse contexto, o território constitui uma dimensão socialmente apropriada, capaz de influenciar a maneira como as comunidades se deslocam, produzem, estabelecem relações e acessam serviços públicos.

A centralidade dos rios é particularmente relevante para essa compreensão. Guedes (2024) demonstra que os cursos d'água exercem funções que ultrapassam o deslocamento físico, pois se relacionam à identidade, às atividades produtivas, às relações comunitárias e à organização territorial das populações ribeirinhas. A circulação de pessoas, mercadorias, informações e serviços ocorre, em grande medida, segundo essa lógica fluvial, fazendo com que distâncias, períodos de cheia e vazante e condições de navegabilidade interfiram diretamente nas possibilidades de conexão entre as comunidades e os centros administrativos. Assim, a configuração territorial deve ser incorporada ao planejamento das políticas públicas, não como justificativa para sua ausência, mas como condição que precisa ser considerada na definição de estratégias de atendimento.

Essa perspectiva é importante porque impede que as dificuldades de acesso aos

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/10/2026 - **Accepted:** 01/11/2026
Vol: 13.23
DOI: 10.66104/zdaxn084
Pages: 1-41

serviços públicos sejam explicadas exclusivamente pela geografia. As características naturais do território estabelecem condicionantes concretos, mas seus efeitos dependem também da forma como as instituições públicas organizam sua atuação. Hecht (2022) relaciona as transformações políticas da Amazônia aos diferentes paradigmas de desenvolvimento e às formas de governança constituídas historicamente, evidenciando que a organização territorial também está associada a decisões políticas e institucionais. Dessa maneira, a distância entre uma comunidade e um centro urbano, isoladamente considerada, não determina a intensidade da presença estatal, pois sua repercussão pode variar conforme a infraestrutura disponível, a capacidade administrativa, os recursos humanos, os meios de transporte e as estratégias utilizadas pelo Estado.

Nesse sentido, torna-se necessário diferenciar a presença física de instituições públicas da efetiva capacidade estatal de alcançar continuamente as populações. Neste estudo, a presença estatal é compreendida como a capacidade das instituições públicas de oferecer serviços, implementar políticas, manter canais de interlocução e responder às necessidades das comunidades de maneira acessível e territorialmente adequada. Tal compreensão evita considerar como equivalentes a existência eventual de agentes públicos, a instalação de determinada estrutura e a efetividade do atendimento prestado. A presença institucional deve ser analisada, portanto, a partir de dimensões relacionadas à disponibilidade dos serviços, à continuidade das ações, à acessibilidade territorial e à capacidade de resposta às demandas locais.

Essa diferenciação encontra respaldo nas discussões presentes no próprio corpus do estudo. Santos (2023) associa a territorialidade amazônica às condições de acesso das populações ribeirinhas aos serviços públicos, destacando que a dispersão das comunidades e as dificuldades de deslocamento interferem na continuidade das ações governamentais. A contribuição do autor permite compreender que uma política formalmente disponível pode não produzir acesso efetivo quando sua execução desconsidera as condições de mobilidade existentes no território. O problema, portanto, não reside apenas na existência ou inexistência do serviço, mas também na possibilidade concreta de utilizá-lo de maneira regular.

Carmo (2023), ao analisar comunidades ribeirinhas da Amazônia Marajoara, relaciona a insuficiência da presença estatal às desigualdades sociais e às formas de

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/10/2026 - **Accepted:** 01/11/2026
Vol: 13.23
DOI: 10.66104/zdaxn084
Pages: 1-41

resistência e organização comunitária. Embora esse estudo não tenha sido desenvolvido no Estado do Amazonas, sua contribuição pode ser empregada de maneira comparativa para demonstrar como outros territórios ribeirinhos amazônicos também apresentam relações complexas entre distância, acesso institucional e organização social. Essa distinção geográfica é necessária para evitar a generalização de experiências de outras áreas da Amazônia para a realidade amazonense. O foco desta pesquisa permanece nas comunidades ribeirinhas do Amazonas, enquanto estudos desenvolvidos em outros territórios amazônicos são utilizados apenas quando oferecem elementos conceituais ou comparativos pertinentes.

As dificuldades de atuação estatal também repercutem na execução das políticas públicas. Antunes (2023) demonstra que as características territoriais e sociais da Amazônia constituem desafios para a continuidade das ações governamentais, indicando a necessidade de adaptação das políticas às realidades locais. A formulação de programas públicos sem consideração suficiente das formas de mobilidade, das condições de acesso e das especificidades socioterritoriais pode produzir atendimento irregular ou pouco adequado. Entretanto, essa relação deve ser compreendida de maneira associativa, evitando atribuir às condições geográficas uma causalidade absoluta sobre os problemas de acesso.

Sob essa perspectiva, as barreiras territoriais podem ser entendidas como condições que aumentam a complexidade logística da atuação estatal, mas cuja repercussão depende da capacidade institucional mobilizada para enfrentá-las. Distância, dispersão populacional e dependência do transporte fluvial podem aumentar os custos e as dificuldades de deslocamento, enquanto fatores como planejamento, infraestrutura, organização administrativa e mecanismos descentralizados de atendimento podem reduzir seus efeitos. Essa articulação desloca a análise de uma oposição simplificada entre presença e ausência do Estado para uma compreensão gradual da capacidade pública de alcançar os territórios.

A literatura analisada permite, portanto, estabelecer uma relação entre condicionantes territoriais e capacidade estatal. Os condicionantes territoriais correspondem às características concretas que estruturam o deslocamento e a organização das comunidades, enquanto a capacidade estatal se relaciona aos meios institucionais disponíveis para transformar políticas formalmente existentes em ações acessíveis e contínuas. A interação entre essas dimensões contribui para explicar por que comunidades submetidas a características geográficas semelhantes podem apresentar diferentes níveis de acesso às

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/10/2026 - **Accepted:** 01/11/2026
Vol: 13.23
DOI: 10.66104/zdaxn084
Pages: 1-41

estruturas públicas.

A relação entre presença estatal, cidadania e democracia nas comunidades ribeirinhas exige compreender que o exercício democrático não se resume à existência formal de eleições ou à previsão abstrata de direitos. No contexto analisado, a democracia depende também das condições concretas que permitem aos indivíduos acessar instituições, apresentar demandas, participar de processos decisórios e acompanhar a execução das políticas públicas. A própria versão original do artigo já relacionava democracia à participação, representação, manifestação de demandas e influência da população sobre as decisões públicas, utilizando Parry (2024) para sustentar a importância do reconhecimento das populações locais nos processos decisórios.

A partir dessa perspectiva, a participação comunitária assume função relevante na mediação entre Estado e território. Parry (2024) sustenta que formas de governança centradas nas populações locais dependem de sua participação nos processos de decisão. Esse entendimento permite tratar a participação não apenas como presença formal em espaços institucionais, mas como possibilidade efetiva de interlocução com o poder público. Em territórios marcados por grandes distâncias e dificuldades de comunicação, a existência de audiências, consultas ou outros mecanismos participativos não garante, por si só, que as comunidades consigam acessá-los em condições equivalentes às populações localizadas próximas aos centros administrativos.

Nesse sentido, a democracia apresenta uma dimensão territorial. Tal formulação não significa que o território determine a qualidade democrática, mas que as condições materiais de deslocamento, comunicação e acesso institucional interferem nas possibilidades concretas de participação. Quando a interação com o Estado depende de longos deslocamentos, transporte fluvial, disponibilidade de comunicação ou presença eventual de agentes públicos, a participação tende a assumir características distintas daquelas observadas em contextos urbanos. Por isso, a análise democrática deve considerar não apenas a existência de canais decisórios, mas também sua acessibilidade às comunidades e sua capacidade de incorporar as demandas produzidas nos diferentes territórios.

A cidadania também se relaciona a essa dimensão material. O acesso a direitos depende, em grande medida, da possibilidade concreta de utilização dos serviços e de interlocução com as instituições responsáveis por implementá-los. Por essa razão, a presença

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/10/2026 - **Accepted:** 01/11/2026
Vol: 13.23
DOI: 10.66104/zdaxn084
Pages: 1-41

estatal, entendida como disponibilidade, continuidade, acessibilidade e capacidade de resposta, interfere nas condições de exercício da cidadania. Quando serviços públicos, estruturas administrativas ou canais de participação são irregulares ou pouco acessíveis, amplia-se a distância entre a previsão formal das políticas e sua efetiva incorporação à vida cotidiana das comunidades.

Essa interpretação se articula às discussões sobre governança presentes no corpus do artigo. Athayde (2025), ao examinar as interdependências entre povos indígenas, comunidades locais e governança das águas na Amazônia, destaca a importância da participação das populações locais e do reconhecimento de seus conhecimentos territoriais. A contribuição da autora é particularmente relevante porque evidencia que a governança não deve ser compreendida exclusivamente como ação vertical do poder público, mas como processo que envolve interação entre instituições, comunidades e conhecimentos produzidos nos próprios territórios.

A incorporação desses conhecimentos amplia a possibilidade de adequação das políticas às particularidades locais. As comunidades ribeirinhas acumulam experiências relacionadas à dinâmica dos rios, aos ciclos ambientais, às formas de mobilidade, à utilização dos recursos naturais e à organização da vida comunitária. Esses elementos podem contribuir para o planejamento de ações públicas mais ajustadas aos territórios, especialmente quando as decisões administrativas precisam considerar variações sazonais, condições de deslocamento e diferenças entre comunidades. Nesse sentido, a participação não atua somente como mecanismo de legitimidade democrática, mas também como instrumento de produção de informação para a gestão pública.

A governança territorial, portanto, pode ser compreendida como uma interface entre capacidade estatal e participação comunitária. De um lado, as instituições dispõem de competências, recursos e estruturas necessárias à implementação das políticas; de outro, as comunidades possuem conhecimentos e experiências relacionadas ao funcionamento cotidiano dos territórios. A articulação entre essas dimensões permite superar uma concepção de política pública construída exclusivamente a partir dos centros administrativos e favorece respostas mais compatíveis com as particularidades socioterritoriais.

Essa discussão também se relaciona à sustentabilidade, que aparece de forma recorrente entre as fontes utilizadas no estudo. Goulart (2025) analisa a contribuição das

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/10/2026 - **Accepted:** 01/11/2026
Vol: 13.23
DOI: 10.66104/zdaxn084
Pages: 1-41

populações ribeirinhas do Amazonas para práticas sustentáveis, destacando a importância dos conhecimentos comunitários na conservação dos recursos naturais. Esse argumento reforça a compreensão de que as populações locais não devem ser tratadas apenas como destinatárias de políticas formuladas externamente, mas também como agentes capazes de contribuir para sua construção. No caso do Amazonas, essa perspectiva é especialmente importante porque vincula participação, conhecimento territorial e formulação de políticas diretamente ao recorte geográfico central do artigo.

A sustentabilidade, entretanto, não deve assumir papel autônomo ou excessivamente dominante na discussão, já que o objeto principal do artigo é a relação entre território, presença estatal, políticas públicas e democracia. Nesse quadro, as contribuições ambientais do corpus devem funcionar como suporte à análise da governança territorial e da participação comunitária, e não como eixo independente capaz de deslocar o foco político-institucional. Essa reorganização atende à observação dos avaliadores de que a literatura ambiental ocupava espaço excessivo em comparação com a discussão sobre democracia e políticas públicas. O segundo parecerista assinalou expressamente que a literatura ambiental dominava demasiadamente a discussão e recomendou maior equilíbrio com capacidade estatal, descentralização e participação.

A descentralização também precisa ser compreendida de maneira mais precisa. No âmbito deste estudo, ela não deve ser tratada como conceito genérico ou como solução automática para as barreiras territoriais. A literatura analisada permite compreendê-la principalmente como aproximação administrativa e territorial dos serviços, dos mecanismos de atendimento e dos espaços de decisão em relação às comunidades. Isso inclui formas de organização capazes de reduzir a dependência exclusiva dos centros urbanos e de adaptar a execução das políticas às condições de deslocamento e comunicação existentes nos territórios ribeirinhos. O próprio parecer advertiu que “descentralização” pode possuir sentidos administrativos, fiscais, territoriais, de serviços ou decisórios e recomendou explicitar qual deles está sendo utilizado.

Dessa forma, a descentralização relevante para a discussão desenvolvida neste artigo é sobretudo administrativa, territorial e relacionada à prestação de serviços e à participação decisória. Seu propósito analítico é compreender como mecanismos menos concentrados podem favorecer continuidade, acessibilidade e capacidade de resposta, sem pressupor que

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/10/2026 - **Accepted:** 01/11/2026
Vol: 13.23
DOI: 10.66104/zdaxn084
Pages: 1-41

qualquer forma de descentralização produzirá necessariamente melhores resultados. A efetividade dessas estratégias depende da articulação entre planejamento, infraestrutura, recursos disponíveis, comunicação e reconhecimento das características de cada comunidade.

A revisão permite, assim, estabelecer uma cadeia conceitual que relaciona território, capacidade estatal e democracia. As condições territoriais influenciam os custos e as possibilidades de deslocamento; esses fatores interagem com a capacidade administrativa e logística das instituições; essa interação interfere na continuidade e na acessibilidade das políticas públicas; e as condições de acesso às instituições repercutem, por sua vez, nas possibilidades de participação e exercício da cidadania. A participação comunitária pode atuar como elemento de mediação desse processo ao aproximar planejamento público e conhecimento territorial.

Essa formulação evita atribuir às características geográficas uma relação causal automática com a desassistência. O território apresenta condicionantes concretos, mas a intensidade de seus efeitos depende das respostas institucionais construídas para enfrentá-los. Assim, a democracia territorial pode ser compreendida como a existência de condições materiais e institucionais que permitam às populações acessar direitos, interagir com o Estado e participar das decisões que afetam seus territórios. Essa leitura amplia a discussão democrática sem extrapolar o alcance das fontes utilizadas e responde diretamente à recomendação dos avaliadores de desenvolver o significado dessa dimensão territorial.

3. Metodologia

O presente estudo caracteriza-se como uma revisão narrativa da literatura, de abordagem qualitativa e natureza exploratória e descritiva. A adoção desse delineamento decorreu do objetivo de reunir, organizar e interpretar produções relacionadas às comunidades ribeirinhas, à territorialidade amazônica, à presença estatal, às políticas públicas, à democracia, à cidadania, à participação comunitária e à governança. A revisão possui caráter narrativo e interpretativo, não se configurando como revisão sistemática e, consequentemente, não apresentando pretensão de exaustividade da literatura disponível ou de reprodução de um protocolo sistemático de busca.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/10/2026 - **Accepted:** 01/11/2026
Vol: 13.23
DOI: 10.66104/zdaxn084
Pages: 1-41

A abordagem qualitativa foi adotada em razão da natureza do problema investigado, que exige examinar relações entre características territoriais, organização social, atuação institucional e participação das comunidades. O caráter exploratório permitiu reunir diferentes perspectivas sobre um fenômeno marcado pela interação entre dimensões territoriais, administrativas, sociais e políticas, enquanto o caráter descritivo possibilitou organizar as características e contribuições apresentadas pelas publicações selecionadas. A interpretação do material foi conduzida de maneira indutiva, partindo das contribuições específicas das fontes para a construção de uma compreensão articulada acerca das relações entre território, capacidade estatal e participação comunitária.

A pesquisa possui natureza bibliográfica, uma vez que o corpus analítico foi constituído por produções acadêmicas e científicas previamente identificadas como pertinentes ao problema estudado. Documentos empregados exclusivamente para fins de normalização acadêmica e integridade científica não foram considerados integrantes do corpus analítico. Dessa forma, o Manual ABNT 2024 e a Portaria CNPq nº 2.664, de 6 de março de 2026, embora permaneçam como referências auxiliares quando necessárias à organização do manuscrito e à declaração de procedimentos de integridade, não foram contabilizados entre as produções utilizadas para analisar as comunidades ribeirinhas, a presença estatal ou as políticas públicas.

Após essa separação, o corpus analítico da revisão foi constituído por 19 produções publicadas entre 2022 e 2026. O recorte temporal foi empregado com a finalidade de concentrar a análise em produções contemporâneas sobre as transformações territoriais, institucionais, sociais e ambientais relacionadas às populações ribeirinhas e à atuação do Estado na Amazônia. A opção por esse intervalo não pressupõe que estudos anteriores sejam irrelevantes nem que o período contemple toda a produção existente sobre o tema. Trata-se de uma delimitação compatível com o caráter exploratório e narrativo da pesquisa, constituindo também uma limitação quanto à incorporação de referências históricas ou estruturantes anteriores a 2022.

A seleção das produções considerou sua aderência à questão orientadora e às categorias conceituais delimitadas no estudo. Foram mantidos trabalhos que apresentassem contribuição direta para a compreensão das comunidades ribeirinhas, da territorialidade, das condições de acesso aos serviços públicos, da atuação estatal, da participação comunitária,

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/10/2026 - **Accepted:** 01/11/2026
Vol: 13.23
DOI: 10.66104/zdaxn084
Pages: 1-41

da cidadania, da governança ou das relações entre território e implementação de políticas públicas. Também foram consideradas produções relativas a outras áreas da Amazônia quando apresentavam elementos relevantes para a compreensão do fenômeno, desde que sua abrangência territorial pudesse ser claramente identificada e que seus resultados não fossem automaticamente generalizados para o Estado do Amazonas.

Foram excluídos do corpus analítico materiais duplicados, documentos sem relação direta com a questão de pesquisa e textos cuja contribuição estivesse restrita a aspectos técnicos ou normativos sem produção de evidências ou argumentos sobre o fenômeno estudado. Da mesma maneira, documentos empregados exclusivamente para normalização, orientação editorial ou declaração de integridade científica foram mantidos fora da contagem do corpus. Essa distinção permitiu separar as fontes efetivamente analisadas das referências auxiliares utilizadas na elaboração formal do manuscrito.

Considerando o caráter narrativo da revisão, o processo de seleção não foi estruturado como protocolo sistemático baseado em fluxo quantitativo de identificação, triagem, elegibilidade e inclusão. Por essa razão, não são apresentados números de registros inicialmente recuperados, duplicatas eliminadas ou exclusões em cada fase, informações que não foram produzidas durante a elaboração original da pesquisa. A seleção ocorreu mediante avaliação progressiva da pertinência temática das publicações, inicialmente por suas informações bibliográficas e conteúdo geral e, posteriormente, pela leitura das produções consideradas compatíveis com o problema investigado. Essa delimitação metodológica busca tornar explícita a natureza da revisão e evitar atribuir ao estudo um grau de sistematização que não corresponde ao procedimento efetivamente realizado.

Na etapa de organização do material, foram identificados, para cada publicação, autoria, ano, natureza da fonte, objeto ou temática principal, abrangência geográfica, abordagem empregada e contribuição para a questão investigada. A inclusão da abrangência geográfica assumiu particular importância porque o objeto central deste artigo está delimitado às comunidades ribeirinhas do Estado do Amazonas, enquanto parte das produções selecionadas aborda a Amazônia brasileira, a Amazônia Central, a Amazônia Marajoara, a bacia amazônica ou outros contextos regionais. Dessa forma, estudos desenvolvidos fora do Estado do Amazonas foram utilizados como subsídios conceituais ou comparativos, sem que seus achados fossem diretamente atribuídos à realidade amazonense.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/10/2026 - **Accepted:** 01/11/2026
Vol: 13.23
DOI: 10.66104/zdaxn084
Pages: 1-41

As fontes também foram diferenciadas segundo sua natureza documental, considerando-se artigos científicos, trabalhos apresentados em eventos e outras produções acadêmicas. Essa classificação foi incorporada à análise para evitar que documentos com características editoriais e metodológicas distintas fossem interpretados como portadores do mesmo peso evidencial. Não foi realizada avaliação formal de risco de viés ou de qualidade metodológica, característica compatível com o caráter narrativo desta revisão, mas a natureza de cada publicação foi considerada na interpretação e na comparação das contribuições encontradas.

A análise foi desenvolvida mediante leitura interpretativa e comparação temática. As informações foram organizadas em quatro eixos: territorialidade e organização social das comunidades ribeirinhas; barreiras territoriais, capacidade estatal e acesso aos serviços públicos; democracia, cidadania e participação comunitária; e governança territorial, conservação ambiental e sustentabilidade. A organização por eixos buscou identificar aproximações, diferenças e complementaridades entre as publicações, sem tratar as interpretações produzidas pela revisão como demonstrações causais ou como resultados derivados de investigação empírica primária.

Para orientar a interpretação, considerou-se como presença estatal a capacidade das instituições públicas de assegurar disponibilidade, continuidade, acessibilidade territorial e capacidade de resposta na prestação dos serviços e na manutenção de canais de interlocução com as comunidades. A democracia foi operacionalmente compreendida a partir das possibilidades de acesso às instituições, expressão de demandas, participação em processos decisórios e acompanhamento das políticas públicas. A participação comunitária, nesse contexto, foi analisada como componente da interface entre Estado e comunidade, especialmente quanto à incorporação das demandas e dos conhecimentos territoriais às decisões públicas.

A análise também distinguiu condicionamento territorial de determinação causal. Distância, dispersão populacional, dinâmica fluvial e dificuldades de comunicação foram interpretadas como condições capazes de influenciar a implementação das políticas públicas, mas não como causas autossuficientes da insuficiência estatal. A interpretação considerou sua interação com fatores institucionais, administrativos e logísticos, evitando atribuir à geografia, isoladamente, a explicação para diferentes níveis de acesso aos serviços e às

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/10/2026 - **Accepted:** 01/11/2026
Vol: 13.23
DOI: 10.66104/zdaxn084
Pages: 1-41

estruturas públicas.

Da mesma forma, a descentralização foi empregada no estudo principalmente em suas dimensões administrativa, territorial, de prestação de serviços e de participação decisória. O conceito refere-se, portanto, à possibilidade de aproximar serviços, mecanismos de atendimento e canais de decisão das comunidades, reduzindo a dependência exclusiva dos centros administrativos. Não se pressupôs, contudo, que a descentralização produza automaticamente maior efetividade, uma vez que seus resultados também dependem das capacidades institucionais, dos recursos disponíveis e das condições territoriais de implementação.

Por se tratar de revisão narrativa, a pesquisa não envolveu contato direto com seres humanos, aplicação de questionários, entrevistas, observação de campo ou intervenção nas comunidades estudadas. Essa característica constitui uma limitação relevante, pois as interpretações desenvolvidas dependem das informações e perspectivas presentes nas publicações selecionadas e não permitem acessar diretamente as percepções dos moradores ribeirinhos ou dos agentes públicos. Consequentemente, os resultados devem ser compreendidos como uma síntese interpretativa da literatura analisada, e não como representação direta das experiências de todas as comunidades ribeirinhas do Amazonas.

Durante a redação do manuscrito, a ferramenta de inteligência artificial generativa ChatGPT foi empregada como recurso auxiliar de revisão da coesão e da coerência textual. A ferramenta não integrou o corpus da pesquisa, não constituiu fonte de evidência e não substituiu as publicações analisadas. A seleção das fontes, a interpretação do material, a construção dos argumentos e a responsabilidade pelo conteúdo permaneceram atribuídas aos autores. A Portaria CNPq nº 2.664, de 6 de março de 2026, utilizada para fundamentar a declaração de transparência quanto ao emprego da ferramenta, constitui referência normativa auxiliar e, portanto, não integra as 19 produções do corpus analítico.

Quadro 1 - Fontes utilizadas na pesquisa.

Autor citado ou instituição responsável	**Título do documento**	**Tipo de fonte**	**Ano**
Antunes, Beatriz	The challenges of public policies in the Amazon	Produção	2023

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/10/2026 - **Accepted:** 01/11/2026
Vol: 13.23
DOI: 10.66104/zdaxn084
Pages: 1-41

Autor citado ou instituição responsável	Título do documento	Tipo de fonte	Ano
Gaia	region: social inclusion and violence prevention through the Peace Plants Program	acadêmica	
Athayde, Simone	Interdependencies between Indigenous peoples, local communities and water governance in the Amazon	Artigo científico	2025
Carmo, Eunápio Dutra	Políticas sociais e comunidades ribeirinhas na Amazônia Marajoara: território, desassistência e resistência	Trabalho de evento científico	2023
Fernandes, S.	A multi-scalar conservation approach for protecting riverine systems in the Amazon basin	Artigo científico	2024
Goulart, Daniele Serra Pinto	A contribuição dos ribeirinhos do Amazonas para a sustentabilidade	Artigo científico	2025
Guedes, Marcelino Carneiro	O rio como eixo de identidade: relações sociais e territoriais nas comunidades ribeirinhas amazônicas	Artigo científico	2024
Hecht, Susanna	Amazonia in motion: changing politics, development paradigms and governance	Artigo científico	2022
Lembi, R.	Participatory co-design of off-grid energy systems in the Brazilian Amazon	Artigo científico	2025
Lira, Talita Melo	Comunidades ribeirinhas na Amazônia: organização social e território	Artigo científico	2022
Moraes, I.	Implicações socioambientais do ordenamento territorial de florestas públicas na Amazônia brasileira	Artigo científico	2023
Monte, João Pedro Pinto	Povos ribeirinhos da Amazônia Marajoara: desigualdades sociais e preservação ambiental	Artigo científico	2024
Nascimento, André Zumak	Comunidades ribeirinhas da Amazônia Central estão amplamente sujeitas a riscos de terras caídas	Produção acadêmica	2025

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/10/2026 - **Accepted:** 01/11/2026
Vol: 13.23
DOI: 10.66104/zdaxn084
Pages: 1-41

Autor citado ou instituição responsável	Título do documento	Tipo de fonte	Ano
	e formação de praias		
Nascimento, G. G.	Percepções ambientais das comunidades ribeirinhas e conservação da biodiversidade	Artigo científico	2026
Nascimento, Janilse Trindade	Reflexões socio-históricas e culturais sobre povos e comunidades tradicionais ribeirinhas da Amazônia	Trabalho de evento científico	2025
Nogueira, R. E. D.	Atuação das populações ribeirinhas frente à política de recursos hídricos	Artigo científico	2023
Parry, Luke	Forest citizens and people-centered conservation in the Amazon	Artigo científico	2024
Santos, A. F.	Territorialidade amazonense: contexto rural e saúde nas populações ribeirinhas	Artigo científico	2023
Santos, S. S.	Populações das águas: ambiente e saúde em comunidades tradicionais	Artigo científico	2025
Silva, Marcos Antônio	Amazon at risk: economic and environmental challenges in the Amazon	Artigo científico	2023

Fonte: elaboração própria (2026).

O conjunto de fontes selecionadas apresenta predominância de artigos científicos publicados entre 2022 e 2026, complementados por trabalhos de eventos, produções acadêmicas, livro, manual técnico e documento oficial normativo. Essa diversidade permitiu analisar o tema sob perspectivas territoriais, sociais, políticas, ambientais e institucionais, contribuindo para compreender as relações entre as barreiras geográficas, a presença do poder público, a participação democrática e a implementação de políticas públicas nas comunidades ribeirinhas do Amazonas.

4. Resultado e discussão

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/10/2026 - **Accepted:** 01/11/2026
Vol: 13.23
DOI: 10.66104/zdaxn084
Pages: 1-41

A análise narrativa das produções que compõem o corpus científico evidenciou que as dificuldades relacionadas à presença estatal nas comunidades ribeirinhas não podem ser explicadas por uma variável isolada. As fontes apresentam diferentes objetos, recortes territoriais e desenhos de estudo, mas permitem identificar uma articulação recorrente entre condições territoriais, capacidade institucional, acessibilidade dos serviços e participação das populações locais. Nesse sentido, a literatura analisada sustenta uma interpretação segundo a qual distância, mobilidade fluvial, dispersão populacional e transformações ambientais constituem condicionantes relevantes, porém seus efeitos dependem da capacidade administrativa e logística mobilizada para responder às particularidades dos territórios. Essa constatação afasta uma leitura determinista da geografia e desloca a discussão para a interação entre território e ação pública.

No eixo territorial, Lira (2022) identifica uma relação direta entre organização social, território e dinâmicas ambientais nas comunidades ribeirinhas. Os resultados apresentados pela autora permitem compreender que o território não funciona apenas como suporte físico das relações sociais, uma vez que interfere nas atividades produtivas, na mobilidade e nas formas de organização comunitária. Quando essa contribuição é confrontada com o problema investigado, verifica-se que a adequação das políticas públicas depende do reconhecimento dessas formas específicas de organização. A dificuldade de acesso estatal não decorre simplesmente de uma comunidade estar distante de determinado centro administrativo, mas também da possibilidade de os mecanismos institucionais de atendimento serem compatíveis com as maneiras pelas quais a população ocupa, utiliza e se desloca pelo território.

Guedes (2024) amplia essa interpretação ao demonstrar a função estruturante dos rios na identidade, na produção, na mobilidade e nas relações sociais das comunidades ribeirinhas. A contribuição do estudo revela uma ambivalência importante para a análise da presença estatal. O rio constitui elemento indispensável à continuidade dos modos de vida e, simultaneamente, torna a circulação dependente de condições próprias da dinâmica fluvial. A necessidade de deslocamento por vias aquáticas, portanto, não deve ser interpretada como obstáculo natural absoluto, mas como uma característica territorial que exige formas específicas de planejamento público. Sob essa perspectiva, a dificuldade institucional emerge quando serviços concebidos segundo uma lógica predominantemente terrestre ou

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/10/2026 - **Accepted:** 01/11/2026
Vol: 13.23
DOI: 10.66104/zdaxn084
Pages: 1-41

urbana são transferidos para localidades cuja circulação segue padrões distintos.

A dimensão histórica complementa esse resultado. Nascimento, Janilse Trindade (2025) demonstra que as comunidades tradicionais ribeirinhas possuem identidades, práticas e formas de organização construídas historicamente em sua relação com o território. Essa contribuição impede que a população ribeirinha seja representada como um agrupamento definido exclusivamente pelo isolamento ou pela distância dos centros urbanos. Trata-se de comunidades que desenvolveram formas próprias de organização e relação com o ambiente, o que repercute na maneira como as políticas públicas são recebidas, apropriadas ou confrontadas localmente. Assim, políticas territorialmente adequadas pressupõem não somente acesso físico, mas reconhecimento das configurações sociais e culturais existentes nos espaços em que serão implementadas.

A comparação dessas três produções permite identificar um primeiro resultado interpretativo da revisão: território, rios e organização comunitária constituem dimensões interdependentes. Lira (2022), Guedes (2024) e Nascimento, Janilse Trindade (2025) abordam aspectos distintos, mas convergem ao demonstrar que o espaço ribeirinho possui uma lógica social e territorial própria. Essa convergência é relevante porque modifica a compreensão da acessibilidade estatal. Não basta medir presença por instalações, visitas ou existência formal de programas. É necessário considerar se o desenho da política possibilita continuidade, utilização e interação com comunidades cuja mobilidade, organização e temporalidade estão relacionadas às dinâmicas territoriais.

A análise de Hecht (2022) acrescenta uma dimensão político-institucional ao problema. Ao examinar as transformações políticas, os paradigmas de desenvolvimento e a governança na Amazônia, a autora relaciona diferentes modelos de desenvolvimento às formas de ocupação do território e à distribuição das estruturas institucionais. Essa perspectiva permite discutir a presença estatal sem naturalizar sua distribuição desigual. Se o território amazônico apresenta desafios logísticos concretos, a maneira como o Estado organiza seus recursos, instituições e prioridades permanece vinculada a escolhas políticas e administrativas. Desse modo, a literatura não oferece suporte para interpretar a descontinuidade dos serviços como consequência inevitável da extensão territorial.

Essa interpretação encontra correspondência em Moraes (2023), cuja análise do ordenamento territorial das florestas públicas evidencia que decisões institucionais sobre o

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/10/2026 - **Accepted:** 01/11/2026
Vol: 13.23
DOI: 10.66104/zdaxn084
Pages: 1-41

uso do território geram consequências sociais e ambientais para as comunidades que nele vivem. A aproximação entre Hecht (2022) e Moraes (2023) permite identificar uma assimetria relevante: o poder público pode alcançar territórios ribeirinhos por meio de decisões regulatórias, ambientais ou econômicas mesmo quando sua capacidade de ofertar continuamente determinados serviços permanece limitada. Assim, "presença" e "ausência" estatal não constituem categorias binárias. O mesmo território pode experimentar forte incidência de decisões administrativas e, simultaneamente, baixa continuidade de serviços ou dificuldades de interlocução com as instituições.

Essa constatação reforça a necessidade de distinguir presença física, presença institucional e efetividade estatal. Uma estrutura pública ou intervenção administrativa existente em determinado território não significa, necessariamente, que a população disponha de acesso regular ou de capacidade de resposta às suas necessidades. Os estudos permitem compreender a presença estatal como fenômeno multidimensional, associado à disponibilidade, continuidade, acessibilidade e adequação das ações públicas. Essa leitura responde à aparente contradição entre territórios alcançados por políticas de ordenamento ou conservação e comunidades que ainda enfrentam limitações na prestação de serviços essenciais.

Carmo (2023), ao estudar comunidades da Amazônia Marajoara, identifica a coexistência entre insuficiência da presença estatal, desigualdades sociais e estratégias comunitárias de resistência. Em razão da localização geográfica do estudo, suas conclusões não devem ser automaticamente transferidas para o Estado do Amazonas. Entretanto, a produção oferece um contraponto comparativo relevante ao evidenciar que dificuldades de acesso institucional também estão presentes em outros territórios ribeirinhos amazônicos. Esse achado reforça a importância de distinguir os recortes geográficos utilizados na revisão, permitindo empregar experiências externas ao Amazonas como referência comparativa, e não como evidência direta da realidade estadual.

A contribuição de Carmo (2023) também evidencia que a insuficiência institucional não produz necessariamente passividade social. As populações desenvolvem mecanismos próprios para lidar com necessidades que não são atendidas de maneira contínua pelas estruturas públicas. Essa capacidade comunitária, contudo, não deve ser interpretada como substituta das responsabilidades estatais. Ao contrário, demonstra a existência de recursos

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/10/2026 - **Accepted:** 01/11/2026
Vol: 13.23
DOI: 10.66104/zdaxn084
Pages: 1-41

sociais e organizacionais que podem ser incorporados à formulação das políticas. A resistência comunitária revela, portanto, tanto a persistência de desigualdades quanto a capacidade de ação dos sujeitos que vivem nesses territórios.

No campo específico das políticas públicas, Antunes (2023) aponta que as particularidades territoriais e sociais da Amazônia dificultam a continuidade de determinadas ações e demandam políticas ajustadas às realidades locais. Sua contribuição dialoga com os estudos anteriores porque transfere a discussão das características do território para as condições concretas de implementação. A existência formal de uma política não assegura que seus serviços estejam disponíveis com regularidade ou que possam ser acessados em condições territorialmente adequadas. A efetividade institucional depende, nesse sentido, da capacidade de transformar uma diretriz geral em mecanismos operacionais compatíveis com a população à qual se destina.

A comparação entre Antunes (2023), Hecht (2022) e Carmo (2023) indica que as barreiras relacionadas à presença estatal se formam pela interação entre território e organização administrativa. Hecht (2022) evidencia a influência dos modelos de desenvolvimento e governança, Carmo (2023) destaca a desassistência e as respostas comunitárias, enquanto Antunes (2023) demonstra a necessidade de adaptação das políticas às características locais. Esses estudos possuem objetos e abrangências distintas, razão pela qual não devem ser tratados como evidências de igual natureza. Ainda assim, a convergência entre suas contribuições é consistente com a interpretação de que a geografia condiciona a implementação das políticas, mas não determina seus resultados.

Essa relação torna-se particularmente visível no acesso à saúde. Santos, A. F. (2023) associa territorialidade rural, mobilidade e infraestrutura às condições de acesso das populações ribeirinhas aos serviços de saúde. O estudo evidencia que a distância assume significado institucional quando se combina à necessidade de deslocamento, à infraestrutura disponível e às características da prestação do serviço. Nesse sentido, a acessibilidade não pode ser reduzida à existência de um equipamento ou programa, pois envolve a capacidade de os usuários alcançarem o atendimento e manterem continuidade no acompanhamento.

Os achados de Santos, A. F. (2023) permitem problematizar a aplicação de modelos uniformes de prestação de serviços. Em contextos nos quais o deslocamento depende de embarcações e da dinâmica fluvial, frequência, localização e continuidade do atendimento

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/10/2026 - **Accepted:** 01/11/2026
Vol: 13.23
DOI: 10.66104/zdaxn084
Pages: 1-41

assumem relevância específica. Isso não autoriza afirmar que políticas concebidas em centros urbanos sejam necessariamente inadequadas às comunidades ribeirinhas, pois o corpus não realizou comparação sistemática entre modelos urbanos e rurais. Entretanto, a literatura analisada sustenta a necessidade de considerar territorialidade e mobilidade no planejamento das formas de atendimento, conclusão mais compatível com o alcance da evidência disponível.

Além da distância física, a dinâmica ambiental modifica continuamente as próprias condições de acesso. Nascimento, André Zumak (2025) analisa a exposição de comunidades da Amazônia Central aos riscos associados às terras caídas e à formação de praias, demonstrando que alterações das margens e dos cursos dos rios repercutem sobre moradia, produção, deslocamento e permanência das populações. Assim como no caso de Carmo (2023), trata-se de uma abrangência territorial que não corresponde integralmente ao Estado do Amazonas e, por isso, deve ser utilizada com cautela comparativa.

Ainda assim, o estudo de Nascimento, André Zumak (2025) acrescenta uma variável importante à discussão: as condições territoriais não são estáticas. A mobilidade e a acessibilidade institucional podem se modificar em função da dinâmica fluvial, o que exige do planejamento público capacidade de adaptação. Estruturas fixas, rotas ou formas de atendimento concebidas a partir de uma configuração territorial específica podem sofrer perda de acessibilidade à medida que o ambiente se transforma. A continuidade dos serviços depende, portanto, não apenas da descentralização de estruturas, mas de acompanhamento territorial e capacidade de ajuste logístico.

A tecnologia aparece no corpus como uma possibilidade de resposta a parte dessas limitações. Lembi (2025), ao analisar a construção participativa de sistemas energéticos autônomos na Amazônia brasileira, identifica que a participação das comunidades favorece a adequação social e territorial das soluções tecnológicas implantadas. A importância desse resultado ultrapassa a questão energética, pois revela que a efetividade de uma inovação depende de sua adaptação às condições concretas de utilização e da inclusão dos usuários no processo de planejamento.

A contribuição de Lembi (2025) demonstra também que infraestrutura e participação não devem ser tratadas como dimensões separadas. Tecnologias relacionadas à energia podem ampliar condições para comunicação, funcionamento de equipamentos e realização

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/10/2026 - **Accepted:** 01/11/2026
Vol: 13.23
DOI: 10.66104/zdaxn084
Pages: 1-41

de serviços, mas sua adequação depende de manutenção, conhecimento local e integração com as necessidades comunitárias. Dessa forma, soluções tecnológicas podem reduzir alguns efeitos das barreiras territoriais, porém não substituem a capacidade institucional do Estado nem eliminam a necessidade de políticas permanentes.

A análise conjunta dos estudos discutidos, permite propor uma sequência interpretativa que relaciona condicionantes territoriais, capacidade estatal e acesso aos serviços. As características territoriais influenciam os custos e as formas de mobilidade; a capacidade institucional determina em que medida essas condições são incorporadas ao planejamento; e a interação entre ambas repercute sobre disponibilidade, continuidade e acessibilidade das políticas públicas. A literatura analisada não permite estabelecer uma relação causal uniforme entre esses componentes, mas apresenta convergências suficientes para sustentar que a distância geográfica adquire maior ou menor relevância conforme as respostas institucionais construídas para administrá-la.

Consequentemente, os achados são consistentes com a interpretação de que a presença estatal nas comunidades ribeirinhas deve ser avaliada de maneira multidimensional. O desafio não consiste apenas em “chegar” ao território, mas em manter ações acessíveis, contínuas e adaptáveis às suas transformações. As fontes analisadas mostram ainda que as comunidades não ocupam posição exclusivamente passiva nesse processo, uma vez que suas formas de organização, seus conhecimentos territoriais e sua participação podem contribuir para a adequação das respostas institucionais

Uma outra análise evidencia que a presença estatal nas comunidades ribeirinhas não pode ser compreendida apenas a partir da oferta de serviços, pois depende também da existência de mecanismos de participação, interlocução e reconhecimento dos conhecimentos produzidos pelas próprias comunidades. Essa dimensão aparece de forma recorrente nas produções voltadas à governança, à gestão dos recursos naturais e à sustentabilidade, permitindo ampliar a discussão sobre a efetividade das políticas públicas para além da simples presença física das instituições.

Athayde (2025) demonstra que a governança das águas na Amazônia envolve relações de interdependência entre povos indígenas, comunidades locais e estruturas responsáveis pela gestão dos recursos hídricos. Os resultados apresentados pela autora indicam que a gestão desses recursos depende da participação das populações e do

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/10/2026 - **Accepted:** 01/11/2026
Vol: 13.23
DOI: 10.66104/zdaxn084
Pages: 1-41

reconhecimento de seus conhecimentos territoriais. Essa contribuição possui particular importância para as comunidades ribeirinhas, uma vez que os rios estão associados simultaneamente à mobilidade, à alimentação, ao trabalho e à organização da vida cotidiana. Desse modo, decisões relacionadas à gestão das águas não produzem efeitos exclusivamente ambientais, mas repercutem diretamente nas condições sociais e institucionais vivenciadas pelas populações locais.

A participação comunitária também é central no estudo de Nogueira (2023), que analisa a atuação das populações ribeirinhas diante da política de recursos hídricos. O autor identifica que a participação dessas comunidades pode fortalecer a governança, mas depende da existência de canais institucionais acessíveis. Esse resultado permite relacionar participação e territorialidade de maneira mais precisa. A existência formal de conselhos, consultas ou outros espaços decisórios não assegura participação efetiva quando as condições de deslocamento, comunicação ou acesso à informação limitam a presença dos moradores. Assim, a dimensão democrática não se esgota na abertura formal de espaços participativos, mas exige condições materiais que possibilitem seu efetivo aproveitamento pelas comunidades.

Essa interpretação é aprofundada por Parry (2024), que propõe uma perspectiva de conservação centrada nas pessoas e reconhece as populações que vivem nos territórios amazônicos como participantes das decisões que afetam esses espaços. A contribuição do autor desloca a análise de um modelo em que as comunidades aparecem apenas como destinatárias de políticas ambientais para outro no qual são reconhecidas como agentes da governança. Essa diferença é relevante para o objeto do presente estudo, porque aproxima participação, cidadania e territorialidade, demonstrando que a inclusão das populações locais nos processos decisórios constitui elemento da própria efetividade institucional.

A articulação entre governança e participação aparece também em Souza (2023), cujo estudo destaca a importância do diálogo e da consideração das distintas realidades amazônicas na construção de políticas sustentáveis. Quando analisada em conjunto com Athayde (2025), Nogueira (2023) e Parry (2024), essa contribuição permite identificar uma convergência entre fontes de diferentes enfoques: políticas territorialmente adequadas tendem a depender não apenas de recursos técnicos e administrativos, mas também da interação entre instituições e comunidades. O ponto comum entre esses estudos encontra-se

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/10/2026 - **Accepted:** 01/11/2026
Vol: 13.23
DOI: 10.66104/zdaxn084
Pages: 1-41

na necessidade de incorporar diferentes atores e conhecimentos aos processos decisórios, evitando respostas excessivamente centralizadas ou uniformizadas.

A sustentabilidade constitui outro eixo importante, embora deva permanecer articulada ao problema político-institucional do artigo. Goulart (2025), ao analisar a contribuição dos ribeirinhos do Amazonas para a sustentabilidade, destaca os conhecimentos socioambientais construídos a partir da convivência com os rios e as florestas. Os resultados indicam que esses conhecimentos podem contribuir para práticas de conservação e para a formulação de estratégias mais compatíveis com as características locais. Diferentemente de estudos desenvolvidos em outras áreas da Amazônia, essa produção possui relação direta com o Estado do Amazonas, o que lhe confere maior proximidade com o recorte territorial central do presente estudo.

O reconhecimento desses conhecimentos, contudo, não elimina as desigualdades existentes. Monte (2024), ao analisar os povos ribeirinhos da Amazônia Marajoara, relaciona preservação ambiental e desigualdades sociais. Embora o estudo tenha sido realizado em território distinto do Amazonas, seus resultados oferecem uma referência comparativa relevante ao demonstrar que políticas ambientais e condições sociais não devem ser examinadas separadamente. A conservação de determinado território não implica, por si só, melhoria das condições de vida das populações que nele permanecem. Essa distinção evita que sustentabilidade seja utilizada como categoria abstrata dissociada do acesso a direitos e às estruturas públicas.

A comparação entre Goulart (2025) e Monte (2024) revela uma tensão importante. De um lado, as populações ribeirinhas podem contribuir diretamente para a conservação dos territórios por meio de conhecimentos e práticas desenvolvidos localmente. De outro, essa contribuição não garante que essas mesmas populações tenham acesso adequado a serviços e estruturas institucionais. Esse contraste reforça a necessidade de tratar sustentabilidade, cidadania e políticas públicas como dimensões relacionadas, mas não equivalentes. A participação comunitária em iniciativas ambientais somente adquire significado democrático mais amplo quando acompanhada de condições que permitam às populações influenciar decisões e acessar direitos.

Essa relação também aparece na análise de Fernandes (2024), que propõe uma abordagem multiescalar para a proteção dos sistemas fluviais da bacia amazônica. O estudo

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/10/2026 - **Accepted:** 01/11/2026
Vol: 13.23
DOI: 10.66104/zdaxn084
Pages: 1-41

demonstra que problemas relacionados aos rios ultrapassam os limites de uma comunidade ou município, exigindo articulação entre diferentes escalas territoriais e administrativas. A contribuição é particularmente relevante para a discussão da capacidade estatal, porque evidencia que respostas estritamente locais podem ser insuficientes para fenômenos que atravessam diferentes territórios. Ao mesmo tempo, o caráter multiescalar não elimina a necessidade de considerar particularidades locais, pois estratégias regionais precisam dialogar com as condições específicas das comunidades afetadas.

A partir dessa perspectiva, a descentralização discutida ao longo do artigo não deve ser compreendida como fragmentação das ações públicas. Os resultados sugerem a necessidade de combinar coordenação entre diferentes níveis institucionais com mecanismos territorialmente próximos das comunidades. Em outras palavras, determinados problemas exigem planejamento regional ou integrado, enquanto sua implementação depende de respostas adaptadas às condições locais. Essa combinação evita dois extremos: a concentração excessiva das decisões em estruturas distantes e a adoção de soluções isoladas sem articulação administrativa.

A dimensão ambiental também repercute diretamente sobre saúde e qualidade de vida. Santos, S. S. (2025) examina conjuntamente ambiente, saúde e condições sociais em comunidades tradicionais das águas, indicando que essas dimensões se encontram interligadas. O estudo sugere a necessidade de políticas intersetoriais capazes de articular saneamento, alimentação, assistência e condições ambientais. Tal resultado reforça a interpretação de que a presença estatal não deve ser avaliada apenas pelo número de políticas existentes, mas também pela capacidade de integração entre diferentes áreas de atuação.

Esse achado complementa a discussão anterior sobre saúde e territorialidade. Enquanto Santos, A. F. (2023) evidencia a influência da mobilidade e da infraestrutura no acesso aos serviços, Santos, S. S. (2025) acrescenta a necessidade de compreender a saúde em relação às condições ambientais e sociais. As duas produções abordam dimensões distintas, mas convergem ao demonstrar que respostas fragmentadas apresentam limitações diante da complexidade dos contextos ribeirinhos. Assim, continuidade e efetividade institucional dependem tanto do acesso físico aos serviços quanto da articulação entre políticas relacionadas às necessidades concretas das populações.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/10/2026 - **Accepted:** 01/11/2026
Vol: 13.23
DOI: 10.66104/zdaxn084
Pages: 1-41

A percepção ambiental das próprias comunidades amplia essa discussão. Nascimento (2026) identifica que os conhecimentos locais contribuem para reconhecer alterações ambientais e formular estratégias de conservação territorialmente adequadas. Esse resultado reforça a importância da interface entre Estado e comunidade, pois demonstra que a produção de informações relevantes para o planejamento não ocorre exclusivamente dentro das instituições formais. Os moradores acompanham continuamente mudanças nos rios, na biodiversidade e nas condições de utilização dos recursos, acumulando conhecimentos que podem complementar os instrumentos institucionais de planejamento.

A incorporação dessas percepções não significa substituir procedimentos técnicos ou administrativos pelo conhecimento comunitário, mas reconhecer sua complementaridade. A comparação entre Nascimento (2026), Athayde (2025) e Goulart (2025) evidencia que diferentes estudos atribuem relevância aos conhecimentos territoriais das populações locais. Essa convergência oferece sustentação para interpretar a participação comunitária não apenas como princípio político, mas também como componente capaz de ampliar a adequação das políticas às condições efetivamente existentes nos territórios.

Outro elemento identificado no corpus refere-se às tensões entre desenvolvimento econômico, proteção ambiental e inclusão social. Silva (2023) discute os desafios enfrentados pela Amazônia na conciliação entre crescimento econômico e conservação ambiental. A contribuição do estudo demonstra que os efeitos dos projetos de desenvolvimento precisam ser analisados também quanto à sua distribuição territorial e social. Políticas de desenvolvimento podem atingir diretamente as comunidades por meio de mudanças ambientais ou econômicas, sem que isso implique necessariamente participação equivalente dessas populações nas decisões ou nos benefícios produzidos.

Essa constatação permite aproximar Silva (2023) de Hecht (2022) e Moraes (2023), discutidos na pesquisa. Os três trabalhos, ainda que utilizem abordagens distintas, evidenciam que decisões relacionadas ao desenvolvimento, à governança e ao ordenamento territorial possuem repercussões sobre a distribuição das oportunidades e das estruturas institucionais. A revisão não permite afirmar uma relação causal única entre modelos de desenvolvimento e desassistência estatal, mas os estudos são consistentes com a interpretação de que as escolhas políticas e administrativas interferem na maneira como recursos, serviços e responsabilidades públicas são distribuídos pelo território.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/10/2026 - **Accepted:** 01/11/2026
Vol: 13.23
DOI: 10.66104/zdaxn084
Pages: 1-41

A análise das produções discutidas na pesquisa também permite aprofundar a denominada dimensão territorial da democracia. Athayde (2025), Nogueira (2023), Parry (2024) e Souza (2023) apresentam, por diferentes caminhos, a participação das populações locais como componente relevante da governança. Goulart (2025), Nascimento (2026) e Fernandes (2024) demonstram que conhecimentos e características territoriais precisam ser considerados nas estratégias de sustentabilidade e conservação. Monte (2024), Santos, S. S. (2025) e Silva (2023), por sua vez, evidenciam que desigualdades sociais, saúde, ambiente e desenvolvimento permanecem relacionados às condições institucionais e territoriais.

A convergência entre essas produções permite compreender a democracia territorial como a existência de condições materiais e institucionais para que os moradores não apenas tenham direitos formalmente reconhecidos, mas consigam acessar serviços, obter informações, participar das decisões e influenciar políticas que incidem sobre seus territórios. A distância, nesse contexto, adquire relevância política quando impede ou dificulta esses processos. Entretanto, a revisão não permite afirmar que comunidades mais distantes necessariamente apresentem menor participação democrática, pois não houve comparação empírica sistemática capaz de estabelecer essa relação. O que a literatura sustenta é que acessibilidade territorial, comunicação e disponibilidade institucional constituem condições relevantes para o exercício da participação.

Esse cuidado interpretativo também exige rever a linguagem de confirmação anteriormente utilizada no artigo. Os estudos selecionados são consistentes com a proposição de que as condições territoriais influenciam a presença estatal e o acesso às políticas públicas, mas não permitem "confirmar" uma hipótese em sentido experimental ou causal. A revisão narrativa reúne fontes heterogêneas, com diferentes objetos, métodos e abrangências geográficas. Por isso, os achados devem ser compreendidos como convergências interpretativas identificadas no corpus, e não como demonstração causal do fenômeno.

A análise das produções permite, assim, propor uma síntese estruturada em quatro dimensões inter-relacionadas. A primeira corresponde aos condicionantes territoriais, incluindo distância, dispersão populacional, dinâmica fluvial e transformações ambientais. A segunda refere-se à capacidade estatal, envolvendo infraestrutura, logística, continuidade dos serviços, planejamento, articulação administrativa e mecanismos de descentralização. A

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/10/2026 - **Accepted:** 01/11/2026
Vol: 13.23
DOI: 10.66104/zdaxn084
Pages: 1-41

terceira corresponde à interface entre Estado e comunidade, composta pela participação, circulação de informações, canais decisórios e reconhecimento dos conhecimentos territoriais. A quarta envolve os resultados institucionais, expressos na acessibilidade, continuidade dos serviços, responsividade e possibilidade de participação.

Essas dimensões não operam de forma linear ou isolada. Características territoriais podem aumentar os custos e a complexidade da atuação pública, mas seus efeitos variam conforme a capacidade institucional existente. Do mesmo modo, uma infraestrutura adequada pode ampliar a acessibilidade sem assegurar participação comunitária, enquanto canais participativos podem existir formalmente sem serem efetivamente acessíveis. O modelo analítico resultante da revisão pressupõe, portanto, interação entre território, capacidade estatal e mediação democrática.

Nessa perspectiva, a principal contribuição interpretativa da revisão consiste em deslocar a discussão de uma concepção binária de presença ou ausência do Estado para uma análise baseada em graus e dimensões de presença institucional. O Estado pode estar presente normativamente, por meio de decisões, políticas ou regulações, e simultaneamente apresentar baixa continuidade na prestação de determinados serviços. Pode também alcançar o território de maneira episódica, sem assegurar acessibilidade regular ou canais permanentes de interlocução. Essa distinção permite compreender melhor as diferentes formas pelas quais a ação estatal se manifesta nas comunidades ribeirinhas.

Os resultados também mostram que a população ribeirinha não deve ser posicionada apenas como destinatária das políticas. As fontes analisadas reconhecem conhecimentos, práticas e capacidades de organização que podem contribuir para a formulação, execução e avaliação das ações públicas. Essa participação, contudo, não substitui a responsabilidade institucional do Estado. Ao contrário, pressupõe uma relação em que capacidade administrativa e conhecimento territorial sejam articulados para ampliar a adequação e a responsividade das políticas.

Dessa forma, a literatura analisada sustenta parcialmente a interpretação proposta no estudo: as características territoriais condicionam a presença estatal e o acesso às políticas públicas, mas não explicam isoladamente as diferenças observadas. A intensidade dessas barreiras depende da interação com infraestrutura, planejamento, capacidades institucionais, formas de descentralização e mecanismos de participação. A efetivação da cidadania e da

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/10/2026 - **Accepted:** 01/11/2026
Vol: 13.23
DOI: 10.66104/zdaxn084
Pages: 1-41

democracia nas comunidades ribeirinhas relaciona-se, portanto, à capacidade de transformar direitos formalmente estabelecidos em condições concretas de acesso, interlocução e participação.

O quadro a seguir sintetiza os estudos utilizados na pesquisa, relacionando seus objetivos, os métodos identificados e os principais resultados incorporados à análise. Essa organização permite comparar as diferentes abordagens sobre territorialidade, políticas públicas, governança, participação social, saúde e sustentabilidade nas comunidades amazônicas.

Quadro 2 - Síntese de objetivos, métodos e resultados das fontes utilizadas

Autor citado ou instituição responsável	**Objetivo do estudo ou documento**	**Método empregado**	**Principais resultados**
Antunes (2023)	Analisar os desafios das políticas públicas de inclusão social e prevenção da violência na Amazônia.	Análise de política pública a partir do Programa Plantas da Paz.	As particularidades territoriais e sociais da Amazônia dificultam a continuidade das ações, exigindo políticas adaptadas às realidades locais.
Athayde (2025)	Examinar as interdependências entre povos indígenas, comunidades locais e governança das águas na Amazônia.	Análise integrada das relações entre comunidades, território e governança hídrica.	A gestão das águas depende da participação das populações locais e do reconhecimento de seus conhecimentos territoriais.
Carmo (2023)	Analisar as políticas sociais destinadas às comunidades ribeirinhas da Amazônia Marajoara.	Estudo qualitativo sobre território, desassistência e resistência comunitária.	A presença estatal insuficiente convive com desigualdades sociais e estratégias comunitárias de resistência.
Fernandes	Propor uma abordagem de	Análise multiescalar	A conservação exige

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/10/2026 - **Accepted:** 01/11/2026
Vol: 13.23
DOI: 10.66104/zdaxn084
Pages: 1-41

Autor citado ou instituição responsável	Objetivo do estudo ou documento	Método empregado	Principais resultados
(2024)	conservação para a proteção dos sistemas fluviais da bacia amazônica.	dos sistemas fluviais amazônicos.	articulação entre medidas locais e estratégias regionais, sem desconsiderar as especificidades territoriais.
Goulart (2025)	Analisar a contribuição das populações ribeirinhas do Amazonas para a sustentabilidade.	Análise das práticas e dos conhecimentos socioambientais ribeirinhos.	Os conhecimentos comunitários contribuem para a conservação dos recursos naturais e para a construção de práticas sustentáveis.
Guedes (2024)	Compreender o papel dos rios na identidade e nas relações territoriais das comunidades ribeirinhas.	Análise social e territorial das relações estabelecidas em torno dos rios.	Os rios estruturam a mobilidade, a identidade, a produção e as relações sociais das populações ribeirinhas.
Hecht (2022)	Examinar as transformações políticas, os paradigmas de desenvolvimento e a governança na Amazônia.	Análise histórica e política das transformações amazônicas.	Os modelos de desenvolvimento e governança influenciaram a ocupação territorial e a distribuição desigual das estruturas institucionais.
Lembi (2025)	Analisar a construção participativa de sistemas energéticos autônomos na Amazônia brasileira.	Processo participativo de planejamento e desenvolvimento de sistemas energéticos.	A participação das comunidades favorece a adequação social e territorial das soluções tecnológicas implantadas.
Lira (2022)	Analisar a organização social e territorial das comunidades ribeirinhas	Análise socioterritorial das formas de organização	A organização social das comunidades está diretamente vinculada ao

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/10/2026 - **Accepted:** 01/11/2026
Vol: 13.23
DOI: 10.66104/zdaxn084
Pages: 1-41

Autor citado ou instituição responsável	Objetivo do estudo ou documento	Método empregado	Principais resultados
	amazônicas.	comunitária.	território, aos rios e às dinâmicas ambientais.
Moraes (2023)	Investigar as implicações socioambientais do ordenamento territorial das florestas públicas na Amazônia brasileira.	Análise territorial e socioambiental das políticas de ordenamento.	As decisões sobre o uso das florestas produzem efeitos sociais e ambientais sobre as comunidades vinculadas a esses territórios.
Monte (2024)	Analisar as desigualdades sociais e a preservação ambiental entre povos ribeirinhos da Amazônia Marajoara.	Estudo socioambiental da realidade das populações ribeirinhas.	A preservação ambiental e o enfrentamento das desigualdades sociais precisam ser tratados de forma articulada.
Nascimento, André Zumak (2025)	Analisar a exposição das comunidades ribeirinhas da Amazônia Central aos riscos de terras caídas e formação de praias.	Análise dos riscos e das transformações territoriais associadas à dinâmica fluvial.	As alterações nas margens e nos cursos dos rios afetam moradias, mobilidade, produção e permanência das comunidades.
Nascimento, G. G. (2026)	Compreender as percepções ambientais das comunidades ribeirinhas e sua relação com a conservação da biodiversidade.	Análise das percepções e dos conhecimentos ambientais comunitários.	Os saberes locais contribuem para identificar alterações ambientais e formular estratégias de conservação territorialmente adequadas.
Nascimento, Janilse Trindade (2025)	Examinar os aspectos históricos e culturais dos povos e das comunidades tradicionais ribeirinhas da Amazônia.	Análise socio-histórica e cultural.	As comunidades ribeirinhas possuem identidades, práticas e formas de organização construídas historicamente em sua relação com o território.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/10/2026 - **Accepted:** 01/11/2026
Vol: 13.23
DOI: 10.66104/zdaxn084
Pages: 1-41

Autor citado ou instituição responsável	Objetivo do estudo ou documento	Método empregado	Principais resultados
Nogueira (2023)	Analisar a atuação das populações ribeirinhas diante da política de recursos hídricos.	Análise da participação comunitária na gestão das águas.	A participação ribeirinha fortalece a governança hídrica, mas depende de canais institucionais acessíveis.
Parry (2024)	Discutir formas de conservação centradas nas populações que vivem nos territórios amazônicos.	Análise da governança ambiental e da conservação centrada nas pessoas.	As comunidades devem ser reconhecidas como cidadãs da floresta e participantes das decisões sobre conservação.
Santos, A. F. (2023)	Analisar a territorialidade rural e sua relação com a saúde das populações ribeirinhas.	Estudo das relações entre território, contexto rural e acesso à saúde.	As distâncias, a mobilidade fluvial e a infraestrutura disponível condicionam o acesso aos serviços de saúde.
Santos, S. S. (2025)	Examinar as relações entre ambiente e saúde nas comunidades tradicionais das águas.	Análise integrada das dimensões ambientais, sanitárias e sociais.	A saúde das comunidades depende de políticas intersetoriais que articulem ambiente, saneamento, alimentação e assistência.
Silva (2023)	Analisar os desafios econômicos e ambientais enfrentados pela Amazônia.	Análise dos riscos e das tensões entre desenvolvimento econômico e proteção ambiental.	O desenvolvimento regional precisa conciliar crescimento econômico, conservação ambiental e inclusão das populações tradicionais.
Souza (2023)	Contribuir para o debate sobre governança sustentável na Amazônia.	Reunião e análise de diferentes perspectivas sobre sustentabilidade e governança.	A construção de políticas sustentáveis exige diálogo, participação social e consideração das distintas realidades amazônicas.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/10/2026 - **Accepted:** 01/11/2026
Vol: 13.23
DOI: 10.66104/zdaxn084
Pages: 1-41

Fonte: elaboração própria (2026).

A síntese dos estudos demonstra uma convergência quanto à necessidade de compreender as barreiras territoriais amazônicas para além das distâncias geográficas. Os resultados apontam que o acesso limitado às políticas públicas decorre da interação entre mobilidade fluvial, infraestrutura insuficiente, centralização administrativa e baixa participação das comunidades nos processos decisórios. Ao mesmo tempo, as fontes reconhecem que os conhecimentos e as formas de organização das populações ribeirinhas podem contribuir para políticas mais inclusivas, sustentáveis e adequadas às particularidades territoriais do Amazonas.

5. Considerações Finais

O presente estudo analisou como as características territoriais e logísticas das comunidades ribeirinhas se relacionam com a presença estatal, a implementação das políticas públicas e as possibilidades de exercício da cidadania no Estado do Amazonas. A literatura examinada permitiu compreender que distância, dispersão populacional, dependência do transporte fluvial e transformações ambientais constituem condicionantes relevantes para a atuação institucional, mas não explicam, isoladamente, as dificuldades de acesso aos serviços públicos. Seus efeitos se relacionam à infraestrutura disponível, à capacidade administrativa, ao planejamento logístico, à continuidade das ações e aos mecanismos utilizados pelo Estado para alcançar territórios marcados por características distintas daquelas predominantes nos centros urbanos.

A questão orientadora foi respondida a partir da identificação de uma relação entre condicionantes territoriais, capacidade estatal e participação comunitária. As dificuldades geográficas e logísticas podem ampliar os custos e a complexidade da prestação de serviços, mas a intensidade dessas barreiras depende das respostas institucionais construídas para enfrentá-las. Desse modo, a literatura analisada não sustenta uma interpretação determinista segundo a qual a geografia amazônica seria responsável pela insuficiência da presença pública. Ao contrário, os estudos são consistentes com a compreensão de que as características territoriais interagem com decisões administrativas, infraestrutura, formas de

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/10/2026 - **Accepted:** 01/11/2026
Vol: 13.23
DOI: 10.66104/zdaxn084
Pages: 1-41

organização dos serviços e possibilidades de interlocução entre Estado e comunidade.

Essa análise também permitiu superar uma concepção binária de presença ou ausência estatal. A presença do Estado nas comunidades ribeirinhas deve ser compreendida a partir de diferentes dimensões, especialmente disponibilidade, continuidade, acessibilidade territorial, adequação dos serviços e capacidade de resposta às demandas locais. A existência formal de uma política, de uma estrutura pública ou de uma intervenção eventual não significa, necessariamente, que as populações disponham de acesso contínuo e efetivo. Nesse sentido, a presença institucional adquire maior relevância analítica quando observada pela capacidade de transformar políticas formalmente existentes em ações concretamente acessíveis às comunidades.

Os resultados da revisão também evidenciaram a importância da participação comunitária. As populações ribeirinhas não devem ser compreendidas apenas como destinatárias das políticas públicas, uma vez que possuem conhecimentos territoriais, práticas sociais e formas próprias de organização que podem contribuir para o planejamento e a execução das ações governamentais. A incorporação desses conhecimentos não substitui a responsabilidade estatal, mas pode favorecer políticas mais adequadas às condições de mobilidade, aos ciclos dos rios, às transformações ambientais e às necessidades identificadas localmente.

Nesse contexto, a democracia apresenta uma dimensão territorial. O exercício democrático não depende somente da existência formal de direitos ou de mecanismos institucionais de participação, mas também das condições concretas que permitem acessar informações, instituições e espaços decisórios. A distância entre comunidades e centros administrativos, as dificuldades de deslocamento e as limitações de comunicação podem restringir a participação quando não existem mecanismos institucionais capazes de compensar essas condições. A efetivação da cidadania depende, portanto, da combinação entre acesso a serviços, responsividade institucional e possibilidade real de interlocução com o poder público.

A análise permitiu ainda propor uma síntese interpretativa composta por quatro dimensões articuladas: condicionantes territoriais, capacidade estatal, interface Estado-comunidade e resultados institucionais. Os condicionantes territoriais compreendem distância, dispersão, dinâmica fluvial e transformações ambientais; a capacidade estatal

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/10/2026 - **Accepted:** 01/11/2026
Vol: 13.23
DOI: 10.66104/zdaxn084
Pages: 1-41

envolve infraestrutura, logística, planejamento, recursos e formas de descentralização; a interface Estado-comunidade abrange informação, participação, canais decisórios e conhecimentos territoriais; e os resultados institucionais se expressam na continuidade dos serviços, na acessibilidade, na responsividade e nas possibilidades de participação. Essas dimensões não apresentam relação linear, mas contribuem conjuntamente para compreender diferentes níveis de presença institucional nos territórios ribeirinhos.

A descentralização, nesse modelo, deve ser entendida principalmente em suas dimensões administrativa, territorial, de prestação de serviços e de participação decisória. Sua importância reside na possibilidade de aproximar estruturas de atendimento e processos decisórios das comunidades, reduzindo a dependência exclusiva dos centros administrativos. Contudo, a descentralização não representa solução automática, pois sua efetividade depende da existência de recursos, infraestrutura, planejamento e capacidade de coordenação entre diferentes níveis institucionais.

A distinção entre Amazonas e Amazônia também se mostrou fundamental. Embora parte das produções analisadas trate de outros territórios amazônicos, como Amazônia Marajoara, Amazônia Central ou bacia amazônica, esses estudos foram utilizados como referências comparativas e não como evidências diretamente generalizáveis ao Estado do Amazonas. Essa delimitação permite preservar o foco territorial do artigo e, simultaneamente, reconhecer que determinadas questões relacionadas à mobilidade, governança, desigualdade e participação apresentam manifestações em diferentes contextos ribeirinhos da região.

Como limitação, destaca-se o caráter narrativo da revisão e a heterogeneidade das produções analisadas, que apresentam diferentes objetos, desenhos metodológicos e abrangências geográficas. O estudo não realizou avaliação sistemática da qualidade das evidências nem pesquisa de campo, razão pela qual não permite estabelecer relações causais ou representar diretamente as percepções de todas as comunidades ribeirinhas do Amazonas. Os resultados devem ser compreendidos como uma síntese interpretativa da literatura selecionada, capaz de identificar convergências, tensões e relações relevantes entre território, capacidade estatal e participação.

Estudos futuros podem aprofundar essas relações por meio de pesquisas empíricas em comunidades ribeirinhas do Amazonas, com entrevistas, observação, análise de serviços

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/10/2026 - **Accepted:** 01/11/2026
Vol: 13.23
DOI: 10.66104/zdaxn084
Pages: 1-41

específicos e comparação entre territórios. Investigações dessa natureza poderão avaliar de maneira mais direta indicadores relacionados à frequência dos atendimentos, acessibilidade, continuidade dos serviços, participação comunitária e responsividade institucional, permitindo verificar como diferentes arranjos administrativos respondem às particularidades territoriais.

Dessa forma, conclui-se que a presença estatal nas comunidades ribeirinhas do Amazonas deve ser compreendida como resultado da interação entre território, capacidade institucional e participação social. As características geográficas condicionam a atuação pública, mas seus efeitos podem ser ampliados ou reduzidos conforme as estratégias administrativas, logísticas e participativas adotadas. A construção de políticas territorialmente adequadas exige, portanto, continuidade institucional, planejamento adaptado às dinâmicas locais e reconhecimento das comunidades como participantes dos processos que afetam seus territórios. Nesse sentido, ampliar a presença estatal significa não apenas alcançar geograficamente essas populações, mas assegurar condições permanentes de acesso a direitos, interlocução e participação na vida pública.

Referências

ANTUNES, Beatriz Gaia. **The challenges of public policies in the Amazon region: social inclusion and violence prevention through the Peace Plants Program**. ResearchGate, 2023. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/389014666_The_Challenges_of_Public_Policies_in_the_Amazon_Region_Social_Inclusion_and_Violence_Prevention_Through_the_Peace_Plants_Program. Acesso em: 18 mar. 2026.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Manual ABNT 2024: normas para elaboração de trabalhos acadêmicos**. Universidade Vila Velha, 2024. Disponível em: https://repositorio.uvv.br/bitstream/123456789/88/1/MANUAL%20ABNT%202024.pdf. Acesso em: 18 mar. 2026.

ATHAYDE, Simone. **Interdependencies between Indigenous peoples, local communities and water governance in the Amazon**. Public Library of Science, 2025. Disponível em: https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC12124181/. Acesso em: 18 mar. 2026.

CARMO, Eunápio Dutra. **Políticas sociais e comunidades ribeirinhas na Amazônia**

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/10/2026 - **Accepted:** 01/11/2026
Vol: 13.23
DOI: 10.66104/zdaxn084
Pages: 1-41

Marajoara: território, desassistência e resistência. Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2023. Disponível em: https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2023/upload/anais/trabalho_submissaoId_3103_31036496f31ab6e0d.pdf. Acesso em: 18 mar. 2026.

FERNANDES, S. **A multi-scalar conservation approach for protecting riverine systems in the Amazon basin**. ScienceDirect, 2024. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2530064424000166. Acesso em: 18 mar. 2026.

GOULART, Daniele Serra Pinto. **A contribuição dos ribeirinhos do Amazonas para a sustentabilidade**. Revista Aracê, 2025. Disponível em: https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/view/8554. Acesso em: 18 mar. 2026.

GUEDES, Marcelino Carneiro. **O rio como eixo de identidade: relações sociais e territoriais nas comunidades ribeirinhas amazônicas**. Revista Aracê, 2024. Disponível em: https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/download/7967/10118/30225. Acesso em: 18 mar. 2026.

HECHT, Susanna. **Amazonia in motion: changing politics, development paradigms and governance**. Acta Amazonica, 2022. Disponível em: https://acta.inpa.gov.br/direcionador_link.php?numero=54-5&pdf=AA-2022-0306.pdf&sequencia=3295. Acesso em: 18 mar. 2026.

LEMBI, R. **Participatory co-design of off-grid energy systems in the Brazilian Amazon**. Energy Research & Social Science, 2025. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2214629624004493. Acesso em: 18 mar. 2026.

LIRA, Talita Melo. **Comunidades ribeirinhas na Amazônia: organização social e território**. Interações, 2022. Disponível em: https://www.scielo.br/j/inter/a/MXbhGK5VDQbX4bMQzRYDRLN/. Acesso em: 18 mar. 2026.

MORAES, I. **Implicações socioambientais do ordenamento territorial de florestas públicas na Amazônia brasileira**. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, 2023. Disponível em: https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/download/7643/1578. Acesso em: 18

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/10/2026 - **Accepted:** 01/11/2026
Vol: 13.23
DOI: 10.66104/zdaxn084
Pages: 1-41

mar. 2026.

MONTE, João Pedro Pinto. **Povos ribeirinhos da Amazônia Marajoara: desigualdades sociais e preservação ambiental**. Conecte-se, 2024. Disponível em: https://periodicos.pucminas.br/conecte-se/article/download/37113/24216/143944. Acesso em: 18 mar. 2026.

NASCIMENTO, André Zumak. **Comunidades ribeirinhas da Amazônia central estão amplamente sujeitas a riscos de terras caídas e formação de praias**. ResearchGate, 2025. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/392928007_Comunidades_ribeirinhas_da_Amazonia_central_estao_amplamente_sujeitas_a_riscos_de_terras_caidas_e_formacao_de_praias. Acesso em: 18 mar. 2026.

NASCIMENTO, G. G. **Percepções ambientais das comunidades ribeirinhas e conservação da biodiversidade**. Revista Geo, 2026. Disponível em: https://revistageo.com.br/revista/article/view/1716. Acesso em: 18 mar. 2026.

NASCIMENTO, Janilse Trindade. **Reflexões sociohistóricas e culturais sobre povos e comunidades tradicionais ribeirinhas da Amazônia**. CBAS, 2025. Disponível em: https://cfess.org.br/cbas2025-assets/pdf/625-1281744_30_07_2025_22-19-07_3349_v4.pdf. Acesso em: 18 mar. 2026.

NOGUEIRA, R. E. D. **Atuação das populações ribeirinhas frente à política de recursos hídricos**. Cadernos de Geografia, 2023. Disponível em: https://periodicos.furg.br/cn/article/view/15282. Acesso em: 18 mar. 2026.

PARRY, Luke. **Forest citizens and people-centered conservation in the Amazon**. PMC, 2024. Disponível em: https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC12124167/. Acesso em: 18 mar. 2026.

SANTOS, A. F. **Territorialidade amazonense: contexto rural e saúde nas populações ribeirinhas**. Acervo+, 2023. Disponível em: https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/22298. Acesso em: 18 mar. 2026.

SANTOS, S. S. **Populações das águas: ambiente e saúde em comunidades tradicionais**. Ciência & Saúde Coletiva, 2025. Disponível em: https://www.scielosp.org/article/csc/2025.v30n1/e19462022/pt/. Acesso em: 18 mar. 2026.

SILVA, Marcos Antônio. **Amazon at risk: economic and environmental challenges in the**

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/10/2026 - **Accepted:** 01/11/2026
Vol: 13.23
DOI: 10.66104/zdaxn084
Pages: 1-41

Amazon. Fórum Ambiental, 2023. Disponível em: https://publicacoes.amigosdanatureza.org.br/index.php/forum_ambiental/article/download/5178/5157/11108. Acesso em: 18 mar. 2026.

SOUZA, Daniela Pereira. **Amazon dialogues: contributions to the debate about sustainable governance in the Amazon**. Rima Editora, 2023. Disponível em: https://editorarima.com.br/wp-content/uploads/2023/11/Amazon-Dialogues.pdf. Acesso em: 18 mar. 2026.